PACÍFICAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIDA DOS PRESBÍTEROS

(Pacific considerations on the life of the ministers)

*Víctor Codina SJ **

O ano sacerdotal, proclamado por Bento XVI por ocasião do 150º aniversário da morte do Cura d'Ars, São João Maria Vianney, nos oferece uma ocasião muito oportuna para refletir sobre o ministério presbiteral. Sem entrar diretamente nos temas dogmáticos em torno ao ministério, concentrar-nos-emos em refletir sobre a vida dos presbíteros em seu momento atual, em sua dimensão mais existencial, suas dificuldades e desafios.

I. A perspectiva do Vaticano II

À diferença do Vaticano I, que se centrou no ministério papal, o Concílio Vaticano II tratou especialmente do episcopado. Porém, tanto os sacerdotes presentes na aula conciliar como numerosos bispos creram que não se poderia silenciar a importante missão do presbítero na Igreja e que era insuficiente dedicar aos presbíteros somente um número do Capítulo II da *Lumen gentium* (LG 28). Isto justificou a elaboração do Decreto *Presbyterorum ordinis* sobre o ministério e vida dos presbíteros (PO), ao qual se acrescentou logo o Decreto *Optatam totius* sobre a formação sacerdotal (OT).

* Universidad Católica Boliviana, Cochabamba, Bolívia. Artigo submetido a avaliação no dia 09/12/2009 e aprovado para publicação no dia 30/12/2009.

Não pretendemos comentar aqui o Decreto *Presbyterorum ordinis*, mas unicamente destacar alguns elementos-chave que se expõem para orientar a vida dos presbíteros.

Frente à visão teológica do Concílio de Trento, que centrava o ministério sacerdotal na celebração do sacrifício eucarístico, o Vaticano II situa o ministério presbiteral dentro da tríade clássica: Palavra, Sacramentos e Governo pastoral da comunidade, dando uma certa prioridade ao ministério da Palavra (PO 4-6).

Há uma certa tensão entre a segregação do presbítero para consagrar-se totalmente a sua missão e sua inserção na comunidade humana, a cuja vida não pode ser estranho (PO 3).

Também se mantém a dialética entre o sentir-se irmão e amigo do bispo e a necessária obediência (PO 7).

A atividade presbiteral pode ser múltipla: paroquial, interparoquial, de investigação e ensino, e inclusive de trabalho manual no mundo operário (PO 8).

É significativa a importância que se dá ao presbitério como uma comunidade fraterna de mútua corresponsabilidade, de acolhida e de ajuda, tanto material como espiritual, aos irmãos sacerdotes (PO 8).

A estas funções mais estruturais do ministério presbiteral se acrescenta uma série de elementos que configuram a vida mais pessoal do presbítero: sua vocação à perfeição que se realiza através do próprio exercício do ministério, sobretudo através da caridade pastoral (PO 12-14), a aceitação livre e alegre do celibato, ainda que reconhecendo que não é essencial ao ministério sacerdotal, como consta tanto da história da Igreja primitiva como da práxis atual da Igreja do Oriente (PO 16), a aceitação voluntária da pobreza e o distanciamento da ambição e do espírito de lucro (PO 17), ainda que se reconheça que o presbítero necessita de uma justa remuneração e de fundos de previdência social (PO 20-21).

Exorta-se o presbítero a que viva uma vida espiritual intensa, a que dedique tempo ao estudo, sobretudo das ciências sagradas (PO 19), e a que confie no Senhor diante das dificuldades da solidão e da aparente esterilidade apostólica (PO 22).

Ainda que no princípio o Decreto reconheça que este ministério oferece hoje dificuldades (PO 1) e no final afirme que será conveniente a acomodação do ministério sacerdotal às circunstâncias do mundo de hoje (PO 22), o tom do documento é positivo, sereno, dando por suposto que se afirma algo conhecido e aceito por todos, sem que os bispos redatores do Decreto suspeitem que na Igreja do pós-Concílio iria surgir uma problemática muito mais complexa e árdua para o ministério presbiteral.

II. Da doutrina conciliar à realidade atual

Fazer um estudo sério da realidade atual do clero na Igreja de hoje exigiria um longo trabalho interdisciplinar que supera nossa competência e que não é o que se pretende num artigo que somente deseja ser uma simples nota ou comentário ao tema da vida presbiteral.

Nossa intenção é mais modesta: simplesmente desejaríamos destacar alguns dos aspectos desafiantes da realidade sacerdotal de hoje que, sem necessidade de estudos técnicos e de estatísticas, são já claramente perceptíveis a qualquer observador imparcial da realidade. Limitamo-nos a destacar algumas realidades da vida sacerdotal na Igreja ocidental, europeia e americana, mais concretamente latino-americana, deixando de lado a situação das Igrejas da Ásia, África e Oceania, cuja problemática nos é menos conhecida.

Como no Decreto conciliar, também nos referimos principalmente ao clero diocesano, ainda que muitas das afirmações analogamente se possam aplicar ao clero religioso.

Sem nenhuma intenção de sermos exaustivos, destaquemos algumas realidades que parecem indiscutíveis, deixando para mais adiante a reflexão das causas e dos desafios. A mais de 40 anos após o Vaticano II a situação do clero na Igreja mudou profundamente.

Todavia, antes de apontar alguns dos problemas que hoje nos desafiam, gostaríamos de dar um testemunho de gratidão e admiração ante a vida exemplar e evangélica de tantos milhares de sacerdotes, anciãos e jovens, que são um testemunho vivo da presença do Espírito do Senhor na Igreja de hoje, testemunho que em alguns casos chegou até ao derramamento de seu sangue martirial. Valha esta afirmação prévia, para não produzir a impressão de que na vida dos presbíteros tudo é conflito e questionamento. Porém, feita esta afirmação, não podemos deixar de ver a realidade tal qual ela é. Às alegrias e às esperanças se somam tristezas e angústias de muitos presbíteros.

Diminuição do número de sacerdotes

Esta é a primeira observação que salta à vista: há menos presbíteros, há menos vocações sacerdotais, a idade média do clero é alta, muitíssimas paróquias não têm sacerdotes, por toda parte se busca que um presbítero atenda a várias paróquias, se reestruturam as dioceses formando unidades supraparóquiais para atender pastoralmente a muitos lugares, os sacerdotes estão sobrecarregados de trabalho e multiplicam suas atividades para responder às demandas pastorais, se solicitam sacerdotes missionários de outras dioceses para ajudar as que carecem de sacerdotes suficientes, muitas

celebrações dominicais são dirigidas por leigos ou religiosas na ausência de presbíteros (no Brasil são 75 %, segundo informação da CNBB na Conferência de Aparecida), agentes pastorais leigos, alguns diáconos e algumas religiosas se encarregam de tarefas que antes eram quase exclusivas dos presbíteros: celebrações da Palavra, batizados, bênção de matrimônios, exéquias, catequese, ensino religioso, pastoral social, visita a famílias, cuidado de enfermos, pastoral carcerária, pastoral juvenil, ...

Uma mudança quantitativa desta índole tem consequências que não são meramente quantitativas ou numéricas, senão qualitativas.

Como conciliar esta realidade inegável com as afirmações constantemente repetidas pelo Vaticano II de que a eucaristia é fonte e cume da Igreja (LG 11; SC 10; PO 5), centro da comunidade cristã (PO 6)? Não estaremos propiciando uma Igreja da Palavra, mas pouco sacramental? Todavia, não podemos deixar de nos perguntar sobre o porquê da diminuição e falta de clero, sobre o porquê da diminuição das vocações ao ministério ordenado. É culpa unicamente do ambiente moderno pouco religioso e agnóstico moderno, da desintegração familiar, da pouca generosidade dos jovens que recusam compromissos definitivos ... ou quiçá esta diminuição de vocações está mais relacionada à imagem de presbítero que oferece a Igreja institucional? Mais adiante voltaremos a esta questão.

Aumenta o abandono do ministério

Este tema se relaciona estreitamente ao anterior. Sem incorrer em catastrofismos, certamente chama a atenção o grande número de presbíteros que abandonaram o ministério no pós-Concílio. Alguns autores afirmam que foi uma verdadeira hemorragia na Igreja. Segundo alguns observadores eclesiais esta é uma das causas que provocaram em alguns lugares reações conservadoras e anticonciliares, como se o Vaticano II fosse o causador de tais deserções. Alguns episcopados, como o do Brasil em Aparecida, pediram que muitos destes sacerdotes, hoje pais de família, pudessem se reincorporar ao ministério, se eles o desejam.

Muitíssimos destes casos sucederam no imediato pós-Concílio, quando se começaram a conceder dispensas do celibato, porém muitos outros casos sucederam em anos recentes e muitas vezes da parte de presbíteros jovens, às vezes recém-ordenados.

Um fato tão chamativo leva a formular muitas interrogações: por que abandonam o ministério pessoas muitas vezes muito responsáveis e qualificadas? É simplesmente porque não podem viver o celibato, como alguns pensam, ou por alguma razão mais profunda que toca à identidade ministerial do presbítero e ao sentido de sua missão na Igreja e no mundo de hoje?

Insatisfação com a formação recebida

A formação recebida nos seminários resulta, para muitos sacerdotes, insatisfatória. Muitos questionam a própria estrutura dos seminários, que têm sua origem no Concílio de Trento. A uniformidade obrigatória para toda a Igreja do sexênio filosófico-teológico, para muitos é hoje dificilmente aceitável. A ocidentalização da filosofia e da própria teologia é rechaçada por muitos; há um abismo entre o que os seminaristas recebem em suas aulas e a prática pastoral com a qual se defrontam ao acabar os estudos. As orientações positivas para seu tempo do decreto conciliar sobre a formação sacerdotal *Optatam totius* resultam inadequadas e insuficientes para o mundo de hoje. As acomodações que em alguns lugares se fizeram tampouco satisfazem; parecem mais remendos novos num vestido velho.

Deve-se manter a atual estrutura dos seminários menores e inclusive a dos próprios seminários maiores, como algo obrigatório e universal para todos os lugares da Igreja? É conveniente que por longo tempo os seminaristas vivam afastados de suas famílias e da realidade circundante (também da mulher...), por mais que os seminaristas tenham práticas pastorais semanais ou em férias? A própria ideia tridentina de “seminário”, ou seja, sementeira, com risco de ser um internadouro, pode-se manter como a única maneira de formação hoje, obrigatória para todos os candidatos ao ministério ordenado, num mundo que vive um grande processo de transformação, numa sociedade globalizada, onde os meios de comunicação nos avassalam e o mundo digital da internet e dos celulares nos conecta com toda a humanidade? Não seria mais normal, e afinal de contas melhor, que os jovens se formassem em paróquias ou em comunidades mais reduzidas, próximos dos ambientes que logo frequentarão?

Ademais. Como pensar na formação de aspirantes ao sacerdócio que já não sejam adolescentes, mas pessoas formadas e com estudos universitários ou inclusive profissionais? Como formar os candidatos ao sacerdócio que provêm de culturas originárias, indígenas ou afro-americanas? Não se deveria deixar às Igrejas locais uma grande liberdade na hora de estruturar a formação de seus futuros sacerdotes? Poder-se-á manter por mais tempo esta uniformidade vertical e universal que é própria mais da época da Cristandade medieval que do mundo moderno e pós-moderno de hoje?

Emergência do problema econômico

É evidente que o trabalhador, também o presbítero, merece seu salário. Seria desejável que a comunidade cristã subvencionasse o clero que está a seu serviço. Ou que o bispo remunerasse seus colaboradores. De tudo isso fala o decreto *Presbyterorum ordinis*.

Porém tudo isso, na prática, sobretudo na América Latina, é sumamente precário e dificultoso. Na realidade muitos presbíteros sobrevivem quase

unicamente dos estipêndios que recebem pelos sacramentos (batizados, confirmações, matrimônios) e mais concretamente das missas que celebram, sobretudo as missas de defuntos e das festas de padroeiros. Deixando de lado a questão sobre se não mantemos o povo num imaginário do purgatório que já não corresponde à escatologia moderna, a frequência de eucaristias corre o risco de cair no vício dos padres “altaristas” criticado por Lutero e que o próprio Concílio de Trento quis corrigir. A prioridade que o Vaticano II dá ao ministério da Palavra na prática é questionada por uma maior incidência no sacramental, que é economicamente muito mais rentável. Daqui surge também a busca de paróquias urbanas e sobretudo daquelas dos bairros mais acomodados. Onde fica a insistência numa nova evangelização, em anunciar o querigma, em iniciar na experiência espiritual do encontro com o Senhor para formar autênticos discípulos missionários se grande parte da pastoral fica reduzida à celebração (ou às vezes mera “administração”) dos sacramentos?

Como pensar em vista do futuro o ministério presbiteral de modo que sua economia não dependa quase exclusivamente da prática sacramental? Não se deveria buscar alguma outra forma de ganhar a vida, não estritamente ligada ao mundo do sagrado? Numa sociedade cada vez mais secular, não se poderia pensar em exercer outras profissões que, ao mesmo tempo em que proveem o sustento econômico, abrem perspectivas mais missionárias, como em seu tempo fizeram os padres operários e hoje alguns presbíteros fazem no exercício do magistério? Os 30 anos de carpinteiro de Jesus de Nazaré, o trabalho artesanal de Paulo que construía tendas, não podem nos dizer algo a respeito?

Escândalos sexuais

Certamente não é a primeira vez que na história da Igreja se produzem escândalos sexuais. Não em vão os Santos Padres chamavam a Igreja de “*casta meretrix*”, casta prostituta. Sempre houve histórias desedificantes tanto na cabeça da Igreja como no seio das Igrejas locais: infidelidades ao celibato prometido, padres mulherengos com filhos que passavam por serem seus sobrinhos, etc. A natureza humana, também a sacerdotal, é frágil e está submetida a todo tipo de tentações, também às da carne. Não devemos nos maravilhar nem rasgar hipocritamente as vestes. O que esteja livre de pecado que lance a primeira pedra.

Todavia os casos de pedofilia que se registraram ultimamente e que os meios de comunicação se encarregaram de difundir e magnificar com grande sensacionalismo como se fossem algo comum e ordinário na vida sacerdotal, são certamente algo novo, como também o são as graves consequências econômicas de algumas dioceses e também de algumas províncias religiosas que tiveram de pagar somas milionárias para compensar as vítimas dos abusos sexuais cometidos por sacerdotes, às vezes há muitos anos.

Algumas dioceses se declararam quebradas. Tampouco sabemos se todas estas acusações são certas ou consistiram numa montagem de gente inescrupulosa e de advogados especializados nestes temas.

Porém a realidade, por dolorosa que seja, está presente. Não nos compete aqui investigar as causas psicológicas que puderam derivar nestes abusos, nem julgar como foram administrados estes casos por parte das dioceses. Todavia o que não nos parece correto é a afirmação de instâncias oficiais da Igreja que asseveram que estes excessos não têm nada a ver com o tema do celibato. Os autores espirituais e teólogos antigos eram mais lúcidos ao afirmar, partindo do que experimentaram em algumas comunidades muito fechadas, que muitas vezes a idade supre o sexo (*aetas supplet sexum*). Os psicólogos e sociólogos podem confirmá-lo com seus estudos sobre comportamentos sexuais em quartéis e cárceres.

Não querer relacionar estes abusos ao tema do celibato obrigatório para os sacerdotes da Igreja latina é fechar os olhos para uma questão evidente. O sexo parece um tema tabu na Igreja. Por que foi vetado por João XXIII tratar o tema do celibato no Vaticano II? Por que sistematicamente não se quer falar dele em sínodos e assembleias gerais do episcopado, como se não fosse um problema real em muitas dioceses e em muitas culturas onde um homem celibatário não é respeitado enquanto não contraia matrimônio? Por que em recentes sínodos da Igreja não se quis considerar a possibilidade de ordenar como presbíteros varões casados, "*virī probatī*", que muitos episcopados viam como uma solução ante a falta de clero? Por que tanta desconfiança diante de numerosas ordenações de diáconos casados (por exemplo, em Chiapas, México) se não é pelo medo de que possa ser um primeiro passo para haver sacerdotes casados?

Ainda que muitos sacerdotes assumam livremente e com alegria o celibato sacerdotal, para outros o celibato assumido em sua ordenação constitui um problema, pois eles desejariam poder exercer o ministério presbiteral sem o celibato obrigatório e outros muitos jovens seguramente se animariam a servir à Igreja como presbíteros se esta vocação não levasse anexa consigo a promessa do celibato. Por outro lado, se o celibato não se vive no seio de uma comunidade presbiteral (ou religiosa), com o passar do tempo torna-se muito difícil de suportar, pois a solidão não é boa conselheira. Os seminaristas são preparados para poder viver mais tarde com outros sacerdotes em comunidade?

Por último queremos assinalar que o tema do celibato não tem a mesma significação para o clero diocesano e para a vida religiosa, pois enquanto o celibato faz parte essencial da consagração religiosa (o que agrava ainda mais os abusos sexuais de alguns de seus membros), o celibato não é algo essencial ao presbiterato, como o demonstra a práxis da Igreja primitiva e da Igreja católica oriental, mas é uma decisão da Igreja latina, que por venerável que seja, não tem de ser necessariamente imutável.

O ressurgir do clericalismo

O esquema sobre a Igreja, que havia elaborado a comissão romana encarregada de preparar a constituição sobre a Igreja para o Vaticano II, foi rechaçado pelos bispos vindos de todo o mundo com a acusação de que era um esquema clerical. Por isso a constituição sobre a Igreja, *Lumen gentium*, antepôs ao capítulo sobre a hierarquia o do Povo de Deus, verdadeira revolução eclesiológica, que ainda muitos setores eclesiais não assimilaram.

Por isso, ainda que a linguagem oficial da Igreja sempre pondere que somos uma comunidade e os documentos recentes falem da paróquia como comunidade de comunidades, muitos leigos se queixam de que os presbíteros, em especial os párocos, se consideram os donos da Igreja. Os leigos, em especial as mulheres e também as religiosas, lamentam o serem continuamente discriminadas na marcha da Igreja, acusam com frequência o clero de ser prepotente e machista, de manter uma divisão rígida entre clero e fiéis, entre o clero que ensina, manda e celebra, e os que têm de calar, obedecer e aprender.

Todos os documentos eclesiais em que se diz que os presbíteros hão de considerar os leigos como irmãos e escutá-los (PO 9; LG 37) parecem letra morta. Os presbíteros, desde sua vida no seminário, são imbuídos de sua dignidade sagrada, de que formam parte da hierarquia, de que têm poderes sagrados que ninguém mais possui. O próprio nome “hierarquia”, poder sagrado, parece confirmar esta postura de superioridade do clero sobre os leigos e leigas, quando na realidade a palavra “hierarquia” não é bíblica, pertence à linguagem místico-teológica e neoplatônica de Dionísio Areopagita. Os nomes bíblicos são mais modestos e funcionais: discípulo, apóstolo, ancião, vigilante, servidor.

Porém, indo mais a fundo, muitos presbíteros reproduzem inconscientemente frente a seus fiéis a relação patrão-servo que eles mesmos vivem frequentemente frente a seus bispos. Repete-se o esquema piramidal da Igreja da Cristandade em confronto com o esquema circular e comunitário da Igreja primitiva e do Vaticano II. Os entendidos em história da liturgia constataram que o gesto do sacerdote depois de sua ordenação sacerdotal de ajoelhar-se diante de seu bispo para prometer-lhe obediência e fidelidade reproduz o esquema feudal do servo que promete fidelidade a seu senhor em troca de sua proteção.

Estamos muito longe da atitude do bom pastor que conhece e guia suas ovelhas, de Jesus que não chama seus discípulos servos mas amigos, da abertura ao diálogo que o Vaticano II propicia.

Podemos nos perguntar: que esquema de Igreja subjaz a estas atitudes clericais e prepotentes de muitos – não todos – sacerdotes frente a seus

fiéis leigos e, sobretudo, frente às mulheres? Que teologia do ministério assimilaram durante sua formação?

Antes de acabar esta seção digamos que a lista de problemas e interrogantes que apresenta hoje o ministério presbiteral poderia sem dúvida estender-se ainda mais. Bastem os acima citados para tomar consciência de que estamos diante da ponta de um iceberg muito profundo, não simplesmente diante de um fato meramente conjuntural e passageiro.

III. Desafios para o mundo de hoje

Discernir os sinais dos tempos

Indubitavelmente, em face destes problemas detectados na vida dos presbíteros, cabe uma resposta moral e espiritual: que os presbíteros sejam fiéis às suas promessas, que sejam homens de oração, que frequentem o sacramento da reconciliação, que sigam as normas ascéticas que a tradição tem demonstrado serem úteis, que se aprofundem na Palavra e vivam conforme ao que celebram, que dediquem tempo ao estudo, que sejam sensíveis aos pobres, que imitem os exemplos de tantos santos sacerdotes que existiram ao longo da história da Igreja, entre os quais sem dúvida se destaca o santo Cura d'Ars...

Tudo isso, por bom e necessário que seja, é suficiente para responder aos desafios de hoje? Não basta exigir dos sacerdotes ordem, disciplina, obediência, fidelidade e piedade. É necessário algo mais.

Deve-se escutar um clamor às vezes surdo, às vezes estridente, que surge de muitas vidas de sacerdotes que desejariam um estilo presbiteral diferente numa Igreja diferente. Através deste clamor podemos perceber um autêntico sinal dos tempos, a voz do Espírito que se manifesta em meio a ambiguidades e talvez erros, mas que deve ser discernida e não pode ser extinguida nem apagada.

Dito de outro modo, a vida dos presbíteros constitui um verdadeiro lugar teológico que *sub contrario* interpela a Igreja e que deve ser levado em conta. O que os presbíteros de hoje, através de sua diminuição numérica, de seus escândalos, de sua prepotência clerical, de sua insatisfação existencial, de sua perplexidade diante da diminuição de vocações, de seus problemas econômicos e afetivos não resolvidos... estão dizendo à Igreja de hoje?

Estamos certamente diante de uma mudança de época, diante de um forte *tsunami* que sacode e varre muitas convicções e estruturas sociais, políti-

cas, econômicas, científicas, culturais, religiosas e também eclesiais. Nada no futuro será igual ao passado.

Nestes momentos de profundas mudanças é necessário recuperar a identidade própria, neste caso a do presbítero, para que nesta convulsão epocal não percamos o que é essencial nem, ao contrário, identifiquemos algo que tem sido somente conjuntural de outras épocas como algo definitivo e imutável.

É certo que a Igreja como qualquer outra instituição humana necessita de dirigentes eclesiais, não pode ser uma comunidade acéfala ou ácrata. Porém na Igreja os dirigentes líderes têm um caráter especial: são um carisma ou dom do Espírito para o bem da comunidade, são ministérios ou serviços para a edificação da Igreja, por isso necessitam de uma ordenação eclesial-sacramental, significada pela imposição das mãos e pela invocação do dom do Espírito.

Esta orientação ao serviço da comunidade é decisiva para compreender a identidade do presbiterato e dos demais ministérios ordenados. Isto significa que a comunidade tem o direito de ter os ministros necessários para poder viver plenamente sua vida eclesial de batizados, como Povo de Deus.

Pois bem, a eucaristia é essencial e básica para a vida da Igreja, porque nela participamos comunitária e sacramentalmente do evento fundacional da Igreja que é o mistério pascal de Jesus morto e ressuscitado. É algo adquirido pela tradição que sempre afirmou que o que preside a comunidade eclesial deve presidir a eucaristia, porque a Igreja faz a eucaristia e a eucaristia faz a Igreja. A doutrina do Vaticano II voltou a recordá-lo reafirmando que a eucaristia é fonte e cume da vida eclesial. Em linguagem jurídica poderíamos dizer que o direito de uma comunidade a poder participar da eucaristia é um direito divino, que passa à frente de todas as leis eclesiásticas, por veneráveis que sejam.

De um ministério presbiteral único e uniforme a um pluralismo de estilos e formas

Se tudo o que foi dito anteriormente é certo, podemos deduzir que, se a lei do celibato obrigatório para a Igreja latina, venerável e sem dúvida com muitos valores, de fato dificulta a muitas comunidades celebrar a eucaristia de modo ordinário, ela deve ser revisada. Rezar pelas vocações sacerdotais ao Senhor da messe é algo que sempre devemos fazer, mas não podemos pôr condições à graça e ao Espírito, excluindo do ministério as mulheres (meia-humanidade!) e todos os varões casados (que são a maioria dos varões...).

Esta afirmação, que a muitos talvez possa surpreender, é teologicamente correta e tem seu fundamento na própria Escritura, que atesta que nas

origens da Igreja não havia uma forma uniforme e única de ministério, mas múltipla (apóstolos, profetas, doutores, discípulos e apóstolas...) e uma pluralidade de estilos de vida que incluíam tanto o matrimônio como a virgindade ou o celibato.

A comunidade primitiva se caracterizou por uma grande criatividade no momento de estabelecer os ministérios necessários, que no século II se estabilizaram na tríade bispo, presbítero e diácono.

Recuperar a variedade de ministérios e de estilos de vida na forma de exercê-los, não é nenhuma novidade, mas uma volta às origens mais primitivas da Igreja.

Levando isto em conta deveríamos caminhar na direção da possibilidade de diversas formas de exercer e viver o presbiterato: presbíteros celibatários e presbíteros casados (*virii probati* !), o que também deveria abrir a porta, hoje fechada, para ministérios femininos, dadas as mudanças sociais e culturais do mundo de hoje no qual a mulher chega a lugares que na antiguidade eram impensáveis.

Também se deduz daqui que as formas diferentes de viver o presbiterato no clero diocesano e na vida religiosa, longe de ser uma estranha complicação canônica, são uma riqueza eclesial e uma forma de expressar o pluralismo que originalmente houve dentro do próprio presbiterato, um ministério mais local e estável, encarregado de uma comunidade, e um ministério mais itinerante e missionário, mais paulino, aberto às novas fronteiras. Neste sentido a atual paroquialização da vida religiosa pode ser um enganoso e empobrecedor intento de assimilar todo o clero ao diocesano, perdendo a riqueza carismática das origens de cada comunidade religiosa.

Esta pluralidade de formas de viver o ministério presbiteral comporta uma variedade de estilos de formação para o ministério, segundo idades, (gênero!), culturas e estilos de vida sacerdotal. Isto implica que a categoria do seminário conciliar obrigatório para todos os aspirantes ao sacerdócio deveria ser revisada e questionada profundamente. Igualmente os conteúdos humanísticos e teológicos requeridos, que deveriam variar segundo culturas, destinações futuras, idades, lugares, etc. O atual sexênio filosófico-teológico não é nenhum dogma imutável, mas deve ser revisado e adaptado a cada contexto e segundo a orientação futura do presbítero.

De um ministério presbiteral segregado a um ministério inserido e integrado

Constatamos as dificuldades que nascem de um presbiterato que se sente acima da comunidade, superior a ela, segregado durante sua formação e em sua vida cotidiana, com mentalidade de ser o possuidor de poderes

sagrados hierárquicos que o distanciam do resto dos leigos e em especial das mulheres.

Por trás desta mentalidade, típica da Igreja da Cristandade, se esconde um problema teológico e cultural. No fundo se mantém uma visão dualista da realidade, cindida entre o sagrado e o profano, indicando ao sacerdote o sagrado (o próprio nome de sacerdote é significativo!) e relegando ao leigo a esfera do profano.

Esta visão é mais própria do Antigo Testamento que do Novo Testamento, é mais helênica que cristã, pois Jesus rompeu os esquemas tradicionais do sacerdócio das religiões e com sua encarnação, sua vida, sua morte e sua ressurreição aboliu a diferença entre o sagrado e o profano, e abriu o caminho para outra visão do sacerdócio cristão. Ele é o único mediador, um sacerdote fiel e compassivo (Hb 2,17-18), igual a nós em tudo menos no pecado (Hb 4,14-15).

Daí que toda mentalidade segregacionista acerca do sacerdote em sua vida e formação, a atitude clerical de superioridade sobre a comunidade tem de ser radicalmente corrigida e superada.

Deve-se abrir espaço na direção de um ministério próximo, compassivo, com entranhas de misericórdia em favor de todos os que sofrem, verdadeiro bom pastor que dá a vida por suas ovelhas, dialogante e inserido na comunidade, não por cima dela, cuja missão é fazer com que a comunidade seja fiel ao projeto de Jesus: criar um mundo filial e fraterno, onde os pobres, longe de ser excluídos, ocupem um lugar privilegiado. A vida e a espiritualidade do presbítero não pode ser uma imitação da espiritualidade monástica, mas deve partir e viver de sua realidade pastoral, vivendo a caridade pastoral como o Vaticano II propõe.

A partir desta mentalidade deve-se revisar a questão econômica do clero, seu trabalho, abrir-se a trabalhos e profissões seculares para receber sua remuneração e não depender exclusivamente dos estipêndios resultantes dos sacramentos.

Também a partir desta nova visão que não relega o clero ao sacral e o leigo ao secular, há de se repensar os ministérios leigos que não são um atentado à vocação do presbítero nem uma competição desleal, mas um exercício fiel do sacerdócio do Povo de Deus, dos batizados, uma colaboração ativa e participativa na vida da comunidade eclesial.

Se Trento definiu o sacerdócio em relação ao sacrifício eucarístico e o Vaticano II ampliou sua visão até a Palavra e ao cuidado pastoral da comunidade, na América Latina a missão sacerdotal, assumindo a visão do Vaticano II, se abre ao horizonte do Reino, à justiça e aos pobres, à promoção e defesa da dignidade humana, à defesa da vida ameaçada, a comunicar ao povo a plenitude e abundância de vida que Jesus nos trouxe (Jo 10,10).

Epílogo narrativo

Talvez um conhecido conto dos Irmãos Grimm possa resumir de forma narrativa o que desejamos expressar nestas páginas sobre a situação dos presbíteros.

Conta-se que um alfaiate famoso, mas que na realidade era um autêntico farsante, um mentiroso e maquinador, se ofereceu a um rei oriental para lhe fazer um traje maravilhoso de tecido de ouro. O rei, que queria luzir elegante numa festa de seu país, aceitou prazeroso a oferta do famoso alfaiate, sem cair na conta de que se tratava de um puro engano e que não existia o tal vestido prometido.

Depois de vários dias de trabalho e de provas, o alfaiate deu por terminado seu trabalho e o rei decidiu estrear seu novo traje no dia da festa. O rei saiu do palácio para a rua completamente nu, mostrando suas vergonhas, mas ninguém do povo se atreveu a dizer nada, porque todos haviam ouvido que era um alfaiate muito famoso o que havia feito um traje maravilhoso de tecido de ouro para o rei e temiam ofender o monarca e perder seus favores. À metade do percurso, um menino se atreveu a levantar a voz e gritou ante o assombro de todos: o rei está nu!!!

Quiçá também na Igreja necessitamos de que algumas vozes se levantem e digam sem medo que há realidades e situações que não podem continuar como antes. Seguramente uma das realidades que não pode hoje continuar como algo que sempre foi é a da vida dos presbíteros.

(Tradução do original espanhol por Paulo César Barros SJ)

Víctor Codina SJ, natural de Barcelona, doutorou-se em Teologia pela Pontificia Università Gregoriana (Roma). Durante vinte anos lecionou teologia em sua terra natal. Desde 1982 reside na Bolívia, onde é atualmente professor de Teologia na Universidad Católica Boliviana em Cochabamba. Dentre suas obras, destacam-se: *Seguir Jesus Hoje: da modernidade à solidariedade*, São Paulo: Paulinas, 1993; *Creio no Espírito Santo: Pneumatologia narrativa*, São Paulo: Paulinas, 1997; *O Credo dos Pobres*, São Paulo: Paulinas, 1997; *Para compreender a Eclesiologia a partir da América Latina*, 4ª ed., São Paulo: Paulinas, 2004; *“No extingáis el Espíritu (1Ts 5,19)”*: Una iniciación a la Pneumatología, Santander: Sal Terrae, 2008.

Endereço: Casilla 2175
Cochabamba – BOLÍVIA
e-mail: victorcodina@yahoo.es